

PROGRAMA PARA AS ELEIÇÕES

FORA TEMER! FORA ZENALDO! FORA TODOS ELES!

Contra Burguês, lute e vote 16!

Queremos Belém nas mãos dos trabalhadores e do povo pobre

A campanha do PSTU quer ser um ponto de apoio para as lutas e a organização da classe operária, dos trabalhadores, da juventude e do povo pobre, dos bairros populares, da periferia.

Vamos juntos construir um quilombo socialista contra a exploração, o desemprego, o racismo, a LGBTfobia, o machismo, a xenofobia.

Em defesa de uma vida digna, do emprego, do salário, da educação e saúde públicas e gratuitas, da moradia, do saneamento básico para todos e do transporte público de qualidade é preciso botar pra Fora Temer e Todos eles que governam para os ricos e corruptos.

Precisamos unificar as lutas e construir uma Greve Geral.

Nós queremos apresentar propostas emergenciais e uma saída operária e socialista para a crise. Os ricos é que devem pagar pela crise.

Hoje, os donos das fábricas, dos bancos, das construtoras, dos supermercados são os donos de Belém e do poder.

Nós queremos Belém nas mãos dos trabalhadores e do povo pobre.

Por isso defendemos um governo socialista dos trabalhadores.

Belém deve ser controlada por comitês ou conselhos populares organizados nos bairros, na periferia, nos locais de trabalho, na educação, na saúde. Que seja o povo a decidir sobre o que fazer com 100% do dinheiro do orçamento público e vigiar sua aplicação.

A Câmara municipal deve se submeter aos Comitês Populares. Todo político deve ter mandato revogável e nenhum político deve poder ganhar mais do que um operário (a) ou um(a) professor(a).

Sempre tivemos como princípio não aceitar receber dinheiro de empresas, porque sabemos que quem financia as campanhas determina o plano de governo dos candidatos.

Por isso, o PSTU é o único partido que **não** está na lista das empreiteiras e da Lava Jato. Nós fazemos questão de ser financiados pela classe trabalhadora e pelo povo pobre.

As eleições são uma disputa de cartas marcadas. São antidemocráticas. Um partido como o PSTU tem pouco tempo na televisão e frequentemente é excluído de debates, enquanto os grandes partidos têm todo tempo do mundo e rios de dinheiro de empresários e corruptos.

Não vamos mudar pra valer Belém ou o país com eleições e sim com a luta unificada dos trabalhadores. Mas eleger revolucionários e socialistas do PSTU fortalece a luta dos trabalhadores.

Vamos tomar Belém para os trabalhadores, como um quilombo socialista, uma trincheira de luta.

Vamos lutar para colocar Belém a serviço da classe trabalhadora, da juventude, do povo pobre das periferias, dos negros, LGBTs e mulheres da classe trabalhadora em tudo que temos direito.

Mas uma gestão socialista também fará de Belém um ponto de apoio na luta para mudar o país e o mundo, para acabar com a exploração e com o sistema capitalista.

Uma trincheira na luta por uma sociedade socialista, onde a produção não esteja ao serviço do lucro de um punhado de bilionários e da exploração e da miséria de milhões, mas sim ao serviço das necessidades da maioria do povo pobre e trabalhador, da igualdade.

Cada voto em Cleber Rabelo do PSTU, no 16, vai ser útil para fortalecer o projeto revolucionário e socialista e a luta da classe trabalhadora, do povo pobre, dos negros, das mulheres e LGBTs para mudar de verdade tudo isso que está aí.

#Fora Temer. Fora Zenaldo. Fora Todos eles! #contra burguês lute e vote 16!

16 PROPOSTAS PARA MUDAR TUDO QUE ESTÁ AÍ

1. FORA TEMER. FORA TODOS ELES!

A situação de calamidade pública em que se encontram nossa Belém, nosso estado e o nosso país é responsabilidade de anos dos governos do PMDB, PT e PSDB, que favorecem a especulação imobiliária, banqueiros, multinacionais, empreiteiras e políticos corruptos.

Temer segue aplicando as mesmas medidas iniciadas por Dilma. O impeachment apenas “trocou 6 por meia dúzia”. Eles ficam brigando lá em Brasília para saber quem rouba mais, entretanto, esses senhores têm um grande acordo: atacar os trabalhadores para garantir os lucros dos banqueiros e grandes empresários perante a crise econômica que eles mesmos criaram.

Os trabalhadores e a juventude não devem aceitar pagar pela crise com desemprego, arrocho nos salários, carestia, retirada de direitos, corte de verbas na saúde, educação e gastos sociais. Chega de enriquecer banqueiros, multinacionais! Chega dos corruptos remeterem bilhões para os países ricos, seus bancos e suas empresas.

Temer, esse Congresso Nacional, governador do estado, prefeito, deputados e vereadores defendem os ricos. Fora todos eles! Fora Temer, Cunha, Renan Calheiros, Aécio, Bolsonaro e que Dilma não volte nunca mais...

Não é possível mudar pra valer Belém sem mudar o estado e o país. E não é possível mudar de vez o país, sem mudar o sistema.

Para mudar tudo o que está aí é preciso um governo socialista dos trabalhadores formado por Conselhos Populares, quer dizer: um governo realmente dos debaixo, que execute o que for decidido em comitês populares formado nos bairros, escolas e fábricas. Só conquistaremos isso com a nossa mobilização.

Enquanto lutamos e propomos os Conselhos Populares, exigimos Fora Temer e esse Congresso e Eleições Gerais, já (com novas regras). Não aceitamos um governo eleito por esse Congresso corrupto e não queremos Dilma de volta.

Toda mudança que conquistemos deve fortalecer a luta para mudar também o Brasil.

2. UNIFICAR AS LUTAS. CONSTRUIR A GREVE GERAL.

Precisamos unificar as lutas e parar o Brasil para barrar os planos de "ajustes" que os governos das três esferas estão aplicando.

Eles querem acabar com a aposentadoria, com os direitos trabalhistas, aumentar o desemprego e a exploração e rebaixar ainda mais os salários. Querem privatizar e destruir de vez a educação, a saúde e os serviços públicos para enriquecer os donos de Belém, dos bancos, das grandes empresas.

Uma Greve Geral pode botar pra fora Temer e todos eles!

UMA SAÍDA OPERÁRIA E SOCIALISTA PARA A CRISE

3. COMBATE AO DESEMPREGO

Em **Belém**

- **criação de empregos através** de um plano de obras públicas necessárias, como saneamento básico, postos de saúde, escolas a serem construídas por uma empresa municipal de obras 100% pública e estatal, controlada pelos trabalhadores;
- garantia emergencial de cesta básica pela prefeitura para todo (a) desempregado;
- isenção de pagamento de luz, água, IPTU e passe-livre em todo transporte público para os desempregados;

Lutar para aprovar no país

- redução da jornada para 36 horas sem redução dos salários;
- seguro desemprego de dois anos, pelo menos, enquanto perdurar a crise;
- proibição da demissão imotivada e expropriação sem indenização das fábricas e empresas que receberam isenções fiscais e demitirem;
- garantia por lei de estabilidade no emprego;

4. AUMENTO DOS SALÁRIOS E CONGELAMENTO DOS PREÇOS

-A carestia, a inflação e o arrocho salarial, além de causar fome em milhões de famílias trabalhadoras, significa um tremendo aumento da exploração e da transferência de dinheiro para a patronal, para os ricos. É preciso congelar o preço das tarifas públicas municipais e isentar das mesmas os desempregados;

5. EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS, GRATUITAS E DE QUALIDADE

- Primeiro é preciso garantir verbas públicas apenas para a saúde e educação públicas e nenhum tostão para os milionários donos das escolas privadas;
- Segundo é preciso garantir vagas para todas as crianças em creches e escolas públicas, de qualidade!
- Para isso é preciso acabar com o processo de privatização continuada da educação e da saúde. Acabar com toda gestão privada de escolas, creches, postos de saúde e hospitais, através das OS's (supostas "Organizações Sociais") ou de Fundações Privadas.
- É preciso também garantir democracia nas escolas para que professores e a comunidade escolar possam debater e decidir em nível do município o projeto pedagógico, a gestão pública da mesma e eleger diretamente sua direção.

Combatendo assim projetos retrógrados e autoritários como o “Escola sem Partido”, evitando a evasão escolar, aumentando a qualidade do ensino público.

6. ESTATIZAÇÃO SEM INDENIZAÇÃO DO TRANSPORTE E TARIFA ZERO

- O principal problema que fez explodir os protestos de junho de 2013 foi o caos e a precarização do transporte público que, além de ser um dos mais caros do mundo, submete a grande maioria da população e os trabalhadores a um inferno diário. Isso é causado pela lógica privada do serviço, que beneficia os lucros das grandes concessionárias. Só um transporte estatal, sob controle dos trabalhadores, pode garantir um serviço barato, a preço de custo, de qualidade e rumo a tarifa zero.

7. NENHUMA FAMÍLIA SEM-TETO E SANEAMENTO BÁSICO PARA TODOS

-- Todo trabalhador e trabalhadora, todos os jovens e todas as crianças devem ter assegurado o seu direito à moradia. Acontece que é muito difícil garantir esse direito já que os grandes burgueses usam a terra como “Propriedade Privada” para ganhar dinheiro, para especular e não para garantir as necessidades sociais. Isso é um roubo porque torna “dono” de uma terra alguém que muitas vezes nem sabe que ela existe e não exerce nela nenhuma atividade. A área, terreno ou edificação não serve em nada a sociedade. Enquanto isso, milhões não têm um teto para morar.

-Para resolver o déficit habitacional, o movimento Luta Popular, filiado à CSP-Conlutas, faz algumas propostas que consideramos corretas e defendemos, tais como:

*dar a função de ser moradias populares a prédios, casarões e edificações que se encontram inutilizadas por um período maior que 2 anos. As prefeituras possuem um cadastro de acompanhamento destes imóveis e alguns deles foram alvos de ocupações muitas vezes, o que também comprova o tempo em que estão sem utilidade (a prefeitura de São Paulo, por exemplo, realizou um processo de levantamento e notificação destes imóveis em 2014, mas não fará nada com isso porque não quer bater de frente com seus financiadores de campanha, denuncia o movimento). Estes imóveis devem ser tomados pelas administrações municipais e reformados para servirem como moradias ou espaços públicos, de cultura, educação e lazer. Estes imóveis devem ser de propriedade pública, dos municípios ou estados, e serem destinados ao aluguel social, por um preço justo, nunca superior a 1/3 da renda dos que necessitam;

* Suspender imediatamente todos os despejos de áreas públicas municipais ocupadas por famílias de baixa renda com finalidade de moradia. (O Movimento Luta Popular fez um levantamento ainda inconcluso e, apenas em São Paulo, há **mais de 4.700 liminares de reintegração de posse**, ou seja, ordens de despejo). Dentre elas há empresas que construíram pátios em terrenos da prefeitura. O movimento exige separar as diferentes situações e suspender os despejos das ocupações para moradia.

* Uma empresa municipal e estatal de obras pode garantir a construção das moradias populares que faltarem, a baixo custo, garantindo emprego, qualidade e atacando a especulação imobiliária; além de garantir a universalização do saneamento básico, cujo déficit no Brasil, um país tão rico, é inexplicável, uma vergonha, um verdadeiro

escândalo, sendo fonte de doenças, de mortalidade infantil e de enorme desigualdade.

8. SEGURANÇA PÚBLICA – FIM DA PM – POLÍCIA CIVIL UNIFICADA ELEITA E CONTROLADA PELA COMUNIDADE

- O país vive uma conjuntura de aumento das lutas e greves. Os governos, a Justiça e a polícia, no entanto, enfrentam essas mobilizações com criminalização e repressão. Em todo o país, milhares de ativistas foram detidos e centenas estão sendo indiciados. Somos contra a criminalização das lutas, da pobreza e da negritude! Lutar não é crime! Ser pobre não é crime! Ser negro não é crime!

- **Mas sempre que os de cima falam em Segurança Pública a gente sabe que lá vem mais polícia reprimir e oprimir** os pobres, negros, negras, LGBT 's, jovens e moradores das periferias, bairros e favelas. Isso acontece porque para os governos dos patrões "segurança pública" é, na verdade, a repressão aos trabalhadores, à juventude pobre e negra da periferia, às nossas lutas, para controlar as nossas vidas e a nossa revolta.

-Para haver segurança, primeiro tem que haver emprego e condições dignas de vida para todos e todas.

-Depois, como propõe o Movimento Luta Popular, para que os trabalhadores e o povo pobre das periferias possam se sentir seguros em Belém. As ruas, as praças, os parques, os becos e as vielas tem que ser retomados, tem de ser alimentados com atividades, com vida, com dinâmica, com gente circulando, convivendo. É preciso que as prefeituras garantam iluminação, acesso a wi-fi, infraestrutura de áudio e vídeo para todas as praças e parques (priorizando os localizados nas periferias) e que fomentem a realização permanente de atividades culturais, de esporte, lazer e formação inclusive noturnas, dando a estes espaços vida e fortalecendo experiências de socialização entre as pessoas.

-É preciso ainda acabar com a PM, uma polícia militarizada, formada para a guerra e para a repressão pura e simples a toda revolta social. Defendemos uma Polícia Civil Unificada, que seja radicalmente democratizada, cujos delegados e chefes, além de concursados, sejam eleitos diretamente pela população nas comunidades e nos bairros.

-Por fim, defendemos a legalização das drogas e o controle da sua distribuição pelo Estado, para acabar com o narcotráfico. Junto com isso, o Estado deve garantir campanhas de saúde pública e o atendimento estatal de saúde aos usuários.

-Nem o fim da PM ou a legalização das drogas é da alçada do município, mas uma Belém e uma prefeitura que levante estas bandeiras estará contribuindo para a luta pela conquista delas.

9. COMBATE AO RACISMO, AO MACHISMO, À LGBTFOBIA, A XENOFOBIA E À EXPLORAÇÃO.

O capitalismo utiliza as opressões para explorar ainda mais os setores da classe trabalhadora. Desta forma, o racismo, o machismo e a homofobia, além de dividir a classe, são instrumentalizados para aumentar ainda mais os lucros do capital, além de significar, para esses setores, uma brutal violência diária por parte da polícia. Defendemos o combate a toda forma de opressão. Pela criminalização da LGBTfobia. Pela aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha. Pelo fim do genocídio da juventude negra, regularização das terras quilombolas. Pelo direito ao reconhecimento jurídico com visto definitivo aos imigrantes e fim do preconceito contra haitianos, bolivianos, cubanos e demais estrangeiros.

OS RICOS É QUE DEVEM PAGAR PELA CRISE

10 – TROCAR A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) POR UMA LEI DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

A chamada “Lei de Responsabilidade Fiscal” foi instituída em todo lugar a partir do governo FHC, como exigência dos EUA e do Banco Mundial.

É uma lei que impõe como prioridade do país e de Belém colocar toda sua arrecadação ao serviço de pagar a dívida aos banqueiros. Como pagamos os maiores juros do mundo, juros de agiota, pagamos já várias vezes esta dívida, que, no entanto, nunca diminui, só cresce. Transferimos para os banqueiros a maior parte do dinheiro que deveria ir para a educação, a saúde, o saneamento básico, a preservação do meio ambiente, o lazer, a cultura.

Nós defendemos acabar com a Lei de Responsabilidade Fiscal e criar uma Lei de Responsabilidade Social. A prioridade de um governo não pode ser um punhado de banqueiros bilionários. A prioridade tem que ser os trabalhadores e maioria do povo.

11.NÃO PAGAMENTO DA DÍVIDA AOS BANQUEIROS

A dívida que os municípios pagam à União para ser remetida aos banqueiros já foi paga e penaliza o povo pobre e a classe trabalhadora. Além disso, a maioria dela é composta de juros sobre juros ou gastos pouco claros. É um verdadeiro roubo legalizado.

Aliás, os pequenos proprietários ou as dívidas que tem a prefeitura com pequenos prestadores de serviços em geral demoram a ser recebidas ou não são pagas, mas os banqueiros são pagos em dia e antecipado.

Defendemos a suspensão imediata do pagamento da dívida aos banqueiros uma auditoria, que, inclusive, possa apontar desvios e corrupção e fazer ressarcir e colocar na cadeia quem os praticou.

12.IPTU FORTEMENTE PROGRESSIVO

- O IPTU progressivo é uma forma de aplicação do imposto que cobra de forma diferente imóveis que são diferentes. Quem é milionário ou dono de fábricas e grandes estabelecimentos comerciais devem pagar mais imposto e não serem isentos de pagamento como em geral fazem os governos. Imóveis residenciais de

famílias que recebem até 1 salário mínimo devem ser isentos de cobrança. Imóveis comerciais devem pagar mais que imóveis residenciais.

-Doação em Pagamento é uma proposta do Movimento Luta Popular que também defendemos. É um instrumento que existe, mas não é utilizado porque os prefeitos não têm, em geral, coragem de enfrentar os especuladores. Como funciona? Se um dono de imóvel deve IPTU, a prefeitura pode cobrar esse imposto pegando para ela um pedaço desses mesmos imóveis que seja correspondente ao valor da dívida. A proposta do Movimento Luta Popular é que seja aplicado o instrumento "doação em pagamento" em todos os imóveis com dívidas e que estes imóveis possam vir a compor um banco de terras públicas e a lista das edificações que serão transformadas em moradias populares estatais ou outras necessidades públicas.

13.NÃO ÀS PRIVATIZAÇÕES. PETROBRÁS 100% ESTATAL. FIM DA CORRUPÇÃO

- Anulação de todas as privatizações realizadas durante os governos neoliberais. Marca desse processo de desnacionalização e entrega do patrimônio nacional ao capital privado e estrangeiro foi FHC, que entregou empresas até então verdadeiros símbolos nacionais, como a Vale do Rio Doce, vendida por R\$ 3, 3 bilhões em 1997, ou seja, um valor bem menor do que os lucros anuais obtidos pela mineradora. Lula e Dilma seguiram privatizando. Temer, governadores e prefeitos também continuam entregando o patrimônio público a preço de banana para multinacionais, bancos internacionais e corruptos. Defendemos a reestatização dessas empresas, sem indenização e sob o controle dos trabalhadores, para que possam servir aos interesses do país e da grande maioria da população.

- O governo Dilma iniciou a privatização do Pré-Sal, entregando o megacampo de Libra a preço de banana às multinacionais do petróleo. Temer continua e aprofunda esse processo. A desnacionalização do petróleo brasileiro se dá juntamente com o processo de privatização da Petrobras. O PSTU defende a anulação do leilão do Pré-Sal e de todos os campos entregues às multinacionais e por uma Petrobras 100% estatal e sob controle dos trabalhadores.

- A corrupção está no DNA do capitalismo. Ela nasce antes mesmo das eleições, quando as grandes empresas, bancos e empreiteiras pagam milhões para as campanhas de seus candidatos. Uma vez eleitos, eles beneficiam essas mesmas empresas. Mas mesmo sem financiamento de campanha, a corrupção corre solta nesse sistema. Os contratos do Estado com empresas privadas, as decisões de aumento de juros e alterações no valor do dinheiro (câmbio) ou a privatização das nossas estatais servem sempre para enriquecer empresários, banqueiros e políticos corruptos.

Nos municípios, isso ocorre de maneira frequente com os serviços de coleta de lixo e transporte, antes estatizados e hoje privatizados.

Defendemos a prisão e o confisco dos bens dos políticos corruptos, e também de seus corruptores, ou seja, das empresas que se beneficiaram desses crimes. Por exemplo,

as empreiteiras deveria ser todas estatizadas, sem indenização, e colocadas sob o controle dos trabalhadores.

Por outro lado, as estatais devem ser controladas também pelos trabalhadores. Isso evitaria chefes indicados por “políticos” em conluio com empresas que querem ter lucros em contratos milionários com as estatais.

14. ESTATIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E DAS EMPRESAS QUE DEMITIREM

- É necessário estatizar todo o sistema financeiro, acabando com a farra dos bancos que lucram ao custo do endividamento dos mais pobres. Seria possível, assim, acabar com os juros altos, ter o controle de capitais externos e impedir a fuga do capital especulativo, assim como a remessa de lucros das grandes multinacionais para fora do país.

-As grandes empresas que receberam milhões dos governos na forma de isenções fiscais ou subsídios e agora perante uma mera crise estão demitindo em massa para garantir e aumentar sua taxa de lucro, devem ser estatizadas, sem indenização e colocadas sob controle dos trabalhadores. Da mesma maneira, as fábricas que alegam falência, demitem e além de tudo não pagam direitos devem ser colocadas sob controle dos trabalhadores e estatizadas.

A Belém NAS MAOS DOS TRABALHADORES E DO POVO POBRE

15. CONSELHOS POPULARES

Acreditamos que o poder deve pertencer efetivamente aos trabalhadores e ao povo pobre da periferia, que são a grande maioria da população. São os trabalhadores e trabalhadoras que devem decidir os rumos da política todo dia, não apenas serem chamados a elegerem em um jogo de cartas marcadas políticos que depois fazem o que bem entendem por quatro anos e sem nenhum controle.

Neste sentido, é preciso constituir e reconhecer oficialmente como instâncias de deliberação política comitês ou conselhos populares eleitos nas comunidades, nos bairros, locais de trabalho e estudo que funcionem em base a critérios discutidos e regras comumente definidas, que possam debater e definir sobre tudo.

A experiência dos Orçamentos Participativos em algumas cidades mostrou duas coisas: a) é possível os trabalhadores e o povo pobre governarem no dia a dia se tiverem o poder de fazê-lo; b) mostrou-se ao mesmo tempo uma experiência completamente limitada, porque nunca lhe foi dado verdadeiramente o poder de decidir pra valer (pois ele só podia definir o que fazer com 10% do orçamento disponível. Sobre 90% decidiam os vereadores e prefeito, além de tudo sobre um orçamento já previamente engessado pelos banqueiros pela Lei de Responsabilidade Fiscal). Dessa maneira, o poder público colocava bairro a se enfrentar com bairro, pobres contra pobres enquanto o investimento nos lugares ricos sempre esteve garantido.

Nós queremos que os Conselhos Populares tenham mais poder do que a Câmara de Vereadores, seus conselheiros sejam eleitos em assembleias populares nos bairros e possam ser revogados a qualquer momento, em qualquer assembleia mensal. Devem existir debates públicos, Encontros e Congressos com delegados eleitos nos bairros e regiões de toda Belém que, com as propostas previamente debatidas, definam o que fazer em Belém. Esses delegados serão obrigados a prestar contas regularmente nas assembleias. Os conselhos populares devem controlar e poder decidir sobre 100% do orçamento do município e sobre todo funcionamento da cidade.

Da mesma maneira, é o povo que deve decidir se a prefeitura deve seguir pagando aos banqueiros uma dívida, que consome a maior parte do que se arrecada e que quanto mais se paga mais se deve, ou se deve pagar ao povo a enorme dívida nunca paga em saneamento básico, moradia, educação, saúde ou transporte.

16 - UM GOVERNO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES

Um governo socialista dos trabalhadores formado por conselhos populares, terá que governar apoiado na mobilização e organização dos trabalhadores, da juventude do povo pobre, para aplicar um plano econômico dos trabalhadores.

Esse governo não governará “para todos”, para “ricos e pobres”. Pois nenhum governo “governa para todos”, sempre enganam os pobres e governam para os ricos. Por isso os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

Um governo socialista dos trabalhadores vai contrariar o interesse dos ricos e dos exploradores para beneficiar os pobres, os explorados e os oprimidos.

Vamos juntos, na luta, construir uma nova sociedade.
